

Paulo Gonçalves Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), defende uma remuneração mais justa para os trabalhadores da banca

Banca deve remunerar “de forma justa” trabalhadores e depósitos dos clientes

ANA CARVALHO MELO
ana.melo@racorianooriental.pt

O que motiva esta deslocação à Região?

Esta visita faz parte dos contactos e das reuniões que mantemos regularmente. Por um lado, com os sócios. É a nossa prática regular manter uma relação de proximidade, o que nos permite informar, mas também ouvir, os nossos sócios. A título de exemplo, no passado mês fizemos uma visita de trabalho em tudo similar a esta na Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, queremos manter e aprofundar a relação institucional com os diversos atores relevantes e, nesse contexto, teremos reuniões de trabalho com o presidente do Governo Regional Açores, Dr. José Bolieiro, com o vice-presidente, Dr. Artur Leal Lima, com a secretária regional da Juventude, Dra. Maria João Carreiro, com o presidente do CESA, Dr. Gualter Furtado, bem como com os senhores deputados Dr. Nuno Barata e Dr. José Pacheco. Infelizmente, por razões de agenda, não será possível reunir com o Dr. Vasco Cordeiro, mas seguramente teremos oportunidade de o fazer na próxima visita.

Atualmente quais são as principais preocupações dos trabalhadores da banca?

Há uma preocupação comum entre os trabalhadores da banca no ativo, bem como entre os reformados bancários. É aquela que se destaca, num contexto de forte inflação, e tem que ver com atualização da tabela salarial, pensões de reforma e sobrevivência. O nosso Sindicato propôs à Banca para 2023 aumentos de 6,25%. Como é público, a Comissão Europeia prevê uma inflação de 5,4% em Portugal. Nes-

ta altura, nas negociações em curso, a Banca propõe aumentos de 3%, um valor inaceitável, tanto mais que em 2022 a inflação foi de 7,8% e a Banca propôs aumentos de apenas 1,1%. Um valor que não aceitamos e que se encontra em processo de mediação no âmbito da DGERT.

Estas propostas de aumentos são tanto mais extraordinárias se tivermos em conta os resultados fantásticos que a Banca teve em 2022 e vai ter em 2023. Os bancários não compreendem esta posição da Banca e estão muito preocupados com a acentuada perda de poder de compra decorrente da inflação.

A situação dos reformados bancários que estão excluídos do suplemento de reforma decidido pelo Governo está resolvida?

Os Sindicatos da Banca assinaram um memorando na passada sexta-feira, proposto pelo Ministério das Finanças, que prevê a resolução da injustiça perpetrada. É o nosso entendimento que se estava perante uma inconstitucionalidade, como aliás sustentava o parecer que solicitámos a um reputado constitucionalista e que entregámos ao Presidente da República, ao Governo, à Provedora de Justiça e aos partidos políticos com assento parlamentar. Posição que expressámos também nas diversas reuniões que tivemos com o gabinete do primeiro-ministro, com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com os partidos políticos, e nas comissões parlamentares de Segurança Social e Orçamento e Finanças.

Na assinatura do documento tive oportunidade de referir e reiterar que há ainda algumas dúvidas sobre a aplicabilidade da solução encontrada. Em todo o caso, o me-



“Setor bancário encontra-se estabilizado e ao longo de 2023 não prevemos qualquer movimento relevante de fecho de agências”

morando é um ponto de chegada, mas também um ponto de partida. Manteremos uma posição vigilante e colaborante, de modo a assegurar que ninguém fique excluído ou prejudicado.

E as negociações salariais como prevê que sejam concluídas?

Não posso, nem devo, fazer exercícios excessivamente especulativos. O que posso dizer é que a nossa posição é razoável e a Banca tem condições operacionais robustas que lhe permitem ir ao encontro das nossas legítimas reivindicações. Não estamos a pedir um aumento de poder de compra, mas apenas que não se perca. Quero acreditar que a Banca, no final do dia, terá uma posição razoável. Preferimos o diálogo, mas perante a gravidade da situação não teremos nenhum problema em recorrer a outras formas de protesto.

Como avalia a situação dos trabalhadores bancários nos Açores?

Os bancários nos Açores vivem os mesmos desafios que os restantes trabalhadores na Madeira ou no continente, nomeadamente com a questão da inflação. Com a agravante que sofrem os custos inerentes à insularidade. Dito isto, o setor bancário encontra-se estabilizado e ao longo de 2023 não prevemos qualquer movimento relevante de fecho de agências e subsequente perda de postos de trabalho.

Como tem sido a participação do SNQTB no CESA Açores?

A nossa participação, via SNQTB, tem vindo a crescer. Queremos dar-lhe mais espessura, nomeadamente através da presença da União dos Sindicatos Independentes (USI), confederação sindical apartidária e independente em que participa o SNQTB.

O Dr. Gualter Furtado tem feito um trabalho exemplar e é uma honra para nós estar presente no CESA. Acreditamos que podemos aportar maior valor e aprofundar mais ainda a nossa participação.

Como prevê que a atual crise inflacionista influencie o sistema bancário?

Creio que já estamos a ver os primeiros sinais. Será, de alguma forma, o regresso a uma certa normalidade. No imediato, a Banca terá resultados absolutamente extraordinários. Nada contra isso. Empresas sólidas são a pedra basilar para se poder remunerar devidamente os trabalhadores.

A alteração das orientações do BCE levará a que o capital se torne mais caro, com as consequências que já se estão a sentir, por exemplo, no crédito à habitação, mas que tem tardado na remuneração dos depósitos a prazo.

Diria, em poucas palavras, que a inflação não terá repercussões negativas para a Banca, muito pelo contrário. Era importante, no entanto, que a Banca soubesse remunerar de forma justa os seus trabalhadores, mas também os depósitos dos seus clientes. *